

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



EDITAL Nº 007/2022 – CPL/PMOP

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2022-00007-CPL/PMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO DA EMEF NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ABERTURA: 29 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 10:00 HORAS.

EDITAL Nº 007/2022 DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007 – CPL/PMOP

1. PREÂMBULO

- 1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ torna público que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e no que couber, com base na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- 1.2. A sessão pública para habilitação e apresentação das propostas, bem como abertura dos envelopes ocorrerá às **10h00min** do dia **29/11/2022**, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no prédio Sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida 15 de Novembro, nº 1198, Bairro Liberdade, CEP: 68.470-000 – Oeiras do Pará, sendo que as empresas que tiverem intenção de credenciar representante deverão apresentar a documentação competente até às **09h00min** para o devido credenciamento.
- 1.3. O Edital e seus anexos, incluindo o Projeto Básico, estará disponível às Licitantes e a qualquer interessado após sua publicação nos veículos Oficiais nos Portais dos Jurisdicionados – TCM e Transparência Municipal pelo sítio eletrônico: <http://oeirasdopara.pa.gov.br/site/>.
- 1.4. Poderá ser consultado por qualquer interessado na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a quinta-feira. Caso haja o interesse na reprodução do Edital será cobrado custo por sua reprodução a ser pago junto ao setor de Tributos e Arrecadação Municipal.
- 1.5. No ato do recebimento do Edital deverão os interessados verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.
- 1.6. O aviso de edital será publicado no Diário Oficial e Veículo de comunicação de grande circulação; no Quadro de Avisos da Sede Administrativa do Município.

2. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO DA EMEF NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E**

INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL, de acordo com as especificações técnicas e detalhamentos constantes no presente edital e seus anexos, que são partes integrantes e indivisíveis deste instrumento convocatório.

3. DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas com a execução do objeto do contrato oriundo desta licitação contarão com recursos provenientes do Orçamento Municipal, cujo valor máximo para a presente licitação é de **R\$ 311.049,26** (*Trezentos e Onze Mil, Quarenta Reais e Vinte e Seis Centavos*), e estão disponíveis na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 1501– FUNDEB

Dotação: 15 01 10 122 0019 1.018 – Construção, Ampliação e Reforma de Unid. Escolares do Ensino Fundamental.

Elem. Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Subelemento: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa que detenha atividade compatível com o objetivo desta licitação e que atenderem todas as exigências da lei, inclusive quanto aos requisitos constantes deste Edital e seus anexos.

4.2. É vedada a participação direta ou indireta na licitação ou na execução da obra:

- a) Do autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) De empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) Servidor, dirigente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ**, ou responsável pela licitação nem seus respectivos parentes de até terceiro grau, inclusive cônjuge, afins e dependentes;
- d) Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- e) Em dissolução ou em liquidação;
- f) Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;
- g) Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;

- h) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- i) Que estejam reunidas em consórcio;
- j) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- k) Estrangeiras que não funcionem no País;

4.3. A empresa interessada deverá apresentar uma única razão social, um único CNPJ, não podendo, filiais ou subsidiárias, substituírem a matriz, quando esta for a licitante, e vice-versa.

4.4. Os impedimentos, casos existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

4.5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Pessoas Jurídicas sob a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores, em que deverão comprovar tal situação mediante a apresentação de Declaração, nos termos do modelo constante do **ANEXO III** deste Edital, firmada pelo representante legal da empresa acompanhada pela **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial**, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06. A não entrega da documentação em questão indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

5.2. Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos Artigos 42 e 45 da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, quais sejam:

5.2.1. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; devidamente registrados no registro de empresas mercantis ou no registro de pessoas jurídicas, conforme o caso;

5.2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.2.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, à critério da Administração Pública, para regularização da documentação;

5.2.4. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior deste Edital, implicará na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei 8666/93, sendo facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

6. DA VISITA TÉCNICA

6.1. Atestado fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde ou por Técnico devidamente indicado pela PMOP, comprovando que o licitante, por seu Responsável Técnico, visitou o local da obra, tomando conhecimento através de levantamento completo de todos os serviços essenciais para o cumprimento do objeto desta Licitação. A visita deverá ser programada pelo licitante, junto à Divisão de Licitação, localizada à Avenida VX de Novembro, nº 1198, Bairro Liberdade, 45, Centro, CEP: 68.420-000 – Oeiras do Pará – Pará, de Segunda a Sexta-Feira, no horário de 09h00mm as 12h00mm, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, que antecedem a abertura da licitação. Sendo de responsabilidade da empresa licitante o transporte e os custos com a visita. A Empresa Licitante, a seu critério, poderá DECLINAR DA VISITA, sendo, neste caso, necessário apresentar em substituição ao atestado de visita, DECLARAÇÃO FORMAL assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total RESPONSABILIDADE por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais e na proposta, de natureza técnica e/ou financeira.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Todas as empresas que desejarem se credenciar no certame deverão apresentar a documentação competente até às **9h00min**, não podendo apresentá-la no horário marcado para o início da sessão de licitação. O licitante que se atrasar para o credenciamento participará da sessão apenas como ouvinte.

7.2. Cada licitante apresentar-se-á com um representante legal que, após ser credenciado, será o único admitido a intervir em todas as fases da licitação, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo apresentar-se munido de cópia autenticada de sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento credencial, conforme segue:

a) **Termo de Credenciamento** (conforme modelo no ANEXO II deste Edital) outorgado pelos dirigentes da empresa, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, **COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**, acompanhado de cópia de documento de identidade dos dirigentes da empresa, juntamente com **CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL**, para fim de comprovar se o outorgado possui poderes para tal, **ou**,

b) **Instrumento público ou particular de procuração**, com a **FIRMA DO OUTORGANTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO**, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, com a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública, acompanhado de cópia de documento de identidade dos dirigentes da empresa, juntamente com **CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL**, para fim de comprovar se o outorgado possui poderes para tal, **ou**,

c) **No caso de Sócio ou Diretor da empresa licitante** deverá apresentar **CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL** para comprovação de que tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, acompanhada de cópia de documento de identidade.

d) Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou simples, sendo que quando apresentados em cópias simples, estas deverão vir acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pela CPL/PMOP.

7.3. A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica **NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, juntando declaração (ANEXO II), de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, acompanhada de cópia autenticada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06, fora dos envelopes.**

7.4. Na ausência de representação expressa, a empresa não será inabilitada, porém não poderá haver manifesto de qualquer espécie ou natureza durante a sessão da licitação.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS” E “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

8.1. Os envelopes, respectivamente **PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01)** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)** deverão ser apresentados, **FECHADOS, INDEVASSÁVEIS E RUBRICADOS NO FECHO**,

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ter suas páginas numeradas e rubricadas contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007 – CPL/PMOP
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Razão social da empresa licitante.
(Endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa licitante).

À PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007 – CPL/PMOP
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
Razão social da empresa licitante.
(Endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa licitante).

- 8.2. Os documentos solicitados poderão ser apresentados por qualquer processo de impressão ou de cópia (excetuando-se a cópia via fax), ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial, devidamente autenticados por Tabelionato de Notas, ou servidor público integrante da Comissão de Licitação e, ocorrendo esta última circunstância, as cópias a serem autenticadas devem vir acompanhadas dos originais e dentro do prazo de validade. Não serão aceitas cópias ilegíveis;
- 8.3. É recomendado que os documentos que forem apresentados em fotocópia sem autenticação em cartório competente, sejam apresentados com os respectivos originais à Comissão de Licitação até 01 (um) dia útil antes da abertura da licitação, para autenticação, no horário de 08:00 às 12:00 horas;
- 8.4. Os documentos obtidos por meio eletrônico ficam dispensados da apresentação do original ou da autenticação por cartório competente e só terão validade depois de conferida sua autenticidade pelo Órgão licitante.
- 8.5. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, com páginas numeradas em ordem crescente e rubricadas, sem emendas ou rasuras.
- 8.6. A proposta de Preços deverá ser apresentada em uma única via com páginas numeradas em ordem crescente e assinada pelo responsável, sem emendas, rasuras ou sobrescritos. É recomendado que a licitante apresente CD-ROM ou PEN DRIVE contendo a proposta na forma digitalizada, ressaltando que a não apresentação do CD-ROM ou PEN DRIVE não será motivo de desclassificação.
- 8.7. A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta.

8.8. Não será aceito nenhum protocolo de entrega para substituição de documentos relacionados neste edital.

9. CONTEÚDOS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação a Licitante deverá apresentar no envelope nº. 01 – **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, documentação conforme ordem disposta neste Edital.**

9.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

I. HABILITAÇÃO JURIDICA (Art. 28, Lei Federal nº 8.666/93)

- a) Cópia do CPF e Carteira de Identidade ou outro documento equivalente dos sócios, legível e sem rasuras que possa dificultar a análise do documento;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - c.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva*
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g) Certidão específica emitida pela junta comercial da sede da licitante, devidamente atualizada, onde se possam extrair as seguintes informações: A existência de empresa e/ou participação societária em nome da(s) pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) SÓCIAS da licitante;

II. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ); juntamente com o seu QSA (Quadro de Sócios Administradores);

- b) Prova De Inscrição no cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Tributária e Não-Tributária) do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, sendo que a mesma deve abranger também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) www.tst.gov.br, em conjunto com a certidão de ações trabalhistas de jurisdição do estado da sede da licitante;
- h) Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará/PA;

Parágrafo Primeiro: A Comissão verificará durante a Sessão a autenticidade dos documentos requeridos acima.

Parágrafo Segundo: Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão de Registro e Quitação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU da empresa licitante. No caso de empresas licitantes não serem registradas/inscritas no CREA/CAU do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato;
- b) Comprovação de possuir em seu quadro técnico, profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil, devidamente **reconhecido pela entidade competente CREA/CAU**, detentor de atestado de responsabilidade técnica- ART ou registro de responsabilidade técnica- RRT, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado do certificado de Acervo Técnico - CAT, expedido pela entidade profissional competente, comprovando aptidão para desempenho de execução de obra ou serviço semelhantes ao objeto da licitação.
 - b.1.** O Profissional, detentor do atestado, deverá obrigatoriamente constar na Certidão de Registro e quitação da Empresa Licitante.

- b.2.** A comprovação de vínculo, ou seja, que o profissional pertence ao Quadro da Empresa, se dará através de cópia de contrato de prestação de serviços, ou Cópia da carteira de trabalho, ou registro do profissional como sócio da empresa.
- c) Comprovação de possuir em seu quadro técnico profissional permanente ou contratado o profissional Engenheiro em segurança do trabalho.
- c.1.** A comprovação de vínculo, ou seja, que o profissional pertence ao Quadro da Empresa, se dará através de cópia de contrato de prestação de serviços, ou Cópia da carteira de trabalho, ou registro do profissional como sócio da empresa.
- c) Declaração de que possui aparelhamento e pessoal técnico disponível para a realização da obra, com a relação da equipe técnica que se responsabilizará pelas obras, acompanhada de sua qualificação, integrada obrigatoriamente pelo profissional detentor de atestados de comprovação da capacidade técnica exigido na letra “b” deste tópico.
- d) Relação dos equipamentos considerados essenciais ao cumprimento do objeto da licitação. Ademais, o interessado deverá fornecer declaração de sua disponibilidade.
- e) Declaração de pleno conhecimento e concordância com o edital e seus anexos e de que recebeu todas as informações necessárias à apresentação da proposta, bem como de que tomou conhecimento de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- f) Declaração do representante da empresa contendo o compromisso de que o responsável técnico da pessoa jurídica, juntamente com outros profissionais habilitados, caso a pessoa jurídica seja a vencedora da licitação, exercerão diretamente suas atividades naquele serviço;
- g) Atestado de Capacidade Técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão para fornecimento pertinente e compatível em características e quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado com firma reconhecida em cartório em se tratando de empresa privada, constando nome completo e cargo ocupado, resultando em caso haja necessidade o (s) atestado (s) apresentado (s) poderá (ão) ser diligenciado (s) pelo o (a) presidente.

IV. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial**, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa do licitante;
- b) **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, devidamente, registrado na junta comercial, para fins deste **Edital**, os valores constantes no balanço patrimonial poderão ser corrigidos por índices oficiais, quando encerrados a mais de **03** (três) meses da data de apresentação da proposta. Na hipótese de atualização ou aumento do patrimônio líquido, o licitante terá que, obrigatoriamente, apresentar documentação que o altere, devidamente registrada e arquivada na junta comercial;

Parágrafo Único: A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

- No caso de sociedades anônimas, cópia do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado / Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
- No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas/associações), no cartório competente.
- A real situação financeira do proponente será verificada com base nos **Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência e Endividamento**, demonstrada por memória de cálculo, através da apresentação dos cálculos abaixo:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:*

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0$$

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:*

$$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

- Índice de Endividamento Geral (IE) não superior a 1,0 (cinquenta centésimos), obtido pela fórmula:*

$$IEG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$$

Onde:

AC – Ativo Circulante
RLP – Realizável a Longo Prazo
PC – Passivo Circulante
ELP – Exigível a Longo Prazo
AT – Ativo Total

- Os **Balanços** deverão conter as assinaturas do(s) representante(s) legal(is) e do contador responsável da Proponente, devidamente registrados na Junta Comercial;
- As empresas com menos de **01** (um) ano de existência, que ainda não tenham

balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar demonstrações contábeis consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência;

- f) Demonstrações contábeis realizados/elaborados via Escrituração Contábil digital através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED deverão ser apresentados com autenticação da Junta Comercial.

V. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a) Declaração – **ANEXO IV**, de que não pesa contra si a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93.
 - b) Declaração - **ANEXO V**, de que não possui em seu quadro pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada por representante (s) legal (is) da empresa.
 - c) Certidão de Nada Consta emitida pelo tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará.
- 9.3. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no presente edital e seus anexos.
- 9.4. A microempresa, empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal previstos nas alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g” do título **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em até 05 (Cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco), a contar do encerramento da sessão.
- 9.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e o endereço respectivo;
 - b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
 - c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta deverá ser apresentada em uma única via, digitada em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos, borrões ou ressalvas, devendo ser datada e assinada, e rubricada em todas as folhas, em envelope lacrado, devendo constar:

- a) Nome, endereço, CNPJ da licitante e fazer menção a presente licitação;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta;
- c) Planilha de Serviços e Preços e Resumo de Orçamento, que deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa licitante, contendo expressamente os itens a seguir:

c.1) A proponente deverá cotar sua proposta em preço unitário e global da obra licitada em moeda corrente do país, ficando estabelecido que em caso de divergência entre o preço unitário e total será feita a devida correção e o valor apurado será considerado o valor da proposta, não constituindo motivo para desclassificação;

c.2) A proponente deverá apresentar a composição unitária de custo de cada serviço descrito na planilha, expressando a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão-de-obra, equipamentos, encargos e BDI.

c.3) Cronograma físico-financeiro de acordo com o modelo em anexo;

10.2. O valor total da obra deve ser escrito por extenso.

10.3. Os valores dos preços unitários apresentados na Planilha Orçamentária da Administração tiveram por base os valores estabelecidos na **tabela SINAPI/SEDOP**.

10.4. Na proposta deverá constar declaração expressa de que nos preços nela contidos estão incluídas todas e quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, materiais de consumo, lucros, encargos trabalhistas, sociais, fiscais, seguros, e outras despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para manter a higiene e segurança no trabalho, necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital;

10.5. A licitante deverá apresentar a composição dos Encargos Sociais, cujos valores deverão apresentar conformidade com a Lei, e os salários não poderão ser inferiores aos utilizados pelo Sindicato local (Convenção Coletiva da Categoria), da época do orçamento base utilizado na licitação, sob pena de desclassificação;

10.5.1. Em conformidade com o disposto no Acórdão TCU nº 950/2007 – Plenário, e a Mensagem Comunica DS/SIASG/DF nº 037226, datada de 12/06/2007, não mais devem constar das Planilhas de Custos parcelas com os tributos IRPJ e CSLL. Não serão aceitas propostas cuja Planilha de Custos englobe os tributos citados.

10.6. Não serão aceitas propostas enviadas via fax.

11. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. A licitação será processada e julgada nos termos dos artigos 43 a 48 da Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

11.2. Considera-se iniciada a sessão a partir da abertura do primeiro envelope.

11.3. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta, ressalvados aqueles que destinam-se a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela CPL.

11.4. Iniciada a sessão, serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação, os quais serão submetidos aos licitantes e à Comissão, para que sejam rubricados e apreciados.

11.5. Analisados os documentos, serão divulgados os nomes das empresas habilitadas e das inhabilitadas, devendo ser devolvidos às últimas os envelopes lacrados da proposta, caso não haja interposição de recurso ou após a sua denegação.

11.6. As licitantes inhabilitadas deverão retirar suas propostas na CPL, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da divulgação do resultado do julgamento da habilitação. Decorrido esse prazo, a CPL providenciará a eliminação dos mencionados documentos.

11.7. Em seguida, serão abertas as propostas financeiras das licitantes habilitadas e submetidas à rubrica e apreciação dos licitantes e da Comissão, desde que transcorrido o prazo para interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o resultado do julgamento dos recursos interpostos.

11.8. Das reuniões para recebimento e abertura dos invólucros de nº 1 e 2, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todos os licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. As Atas serão assinadas pelos membros da CPL e por todos os licitantes presentes.

11.9. É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

11.10. Sendo inhabilitados todos os licitantes ou todas as propostas desclassificadas, e após o decurso de todos os prazos recursais, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, nos termos do disposto no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração obedecerá ao disposto no art. 45 da Lei nº 8.666/93, adotando-se como critério de julgamento o **Menor Preço Global**, atendidas as especificações técnicas constantes deste Edital, nos termos do § 1º, inciso I, do retro mencionado artigo.

12.2. A CPL rejeitará as propostas que:

12.2.1. Estejam com omissões, adições, alterações ou ilegalidades, encontrem-se ilegíveis ou com rasuras;

12.2.2. Não apresentarem na planilha de quantitativos e na planilha de preços e ainda no resumo financeiro a assinatura do profissional responsável pela elaboração da planilha.

12.2.3. Durante a análise e julgamento das propostas, a CPL poderá exigir de qualquer dos proponentes esclarecimentos adicionais sobre a proposta e seus anexos.

12.2.4. As propostas serão analisadas e, quando ocorrerem eventuais erros aritméticos, poderão ser corrigidas pela Comissão de Licitação da forma seguinte:

12.2.4.1. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

12.2.4.2. No caso de erro de transcrição da quantidade prevista para o serviço, a quantidade e o preço total serão retificados, mantendo-se inalterado o preço unitário;

12.2.4.3. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;

12.2.4.4. No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas;

12.2.4.5. O preço total da proposta será ajustado pela CPL, em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da proposta.

12.2.5. Até a assinatura do contrato, a Administração Municipal poderá desclassificar qualquer das proponentes, sem direito a indenização ou ressarcimento de qualquer natureza sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver notícias de fato ou circunstâncias, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa das mesmas.

12.3. Serão desclassificadas as propostas que:

12.3.1. Não atenderem às exigências legais deste Edital e seus anexos;

- 12.3.2. Estiverem com preço acima do valor máximo estabelecido pela Administração Municipal em planilha orçamentária;
- 12.3.3. Apresentarem oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço e vantagem baseada na proposta de outras licitantes;
- 12.3.4. Se mostrarem manifestamente inexequíveis ou com preços excessivos;
- 12.3.5. Serão consideradas manifestamente inexequíveis as propostas, cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou,
 - b) Valor orçado pela Administração.

13. DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO

- 13.1. A Adjudicação/Homologação do resultado da Licitação será feita à licitante habilitada que oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- 13.2. A licitante vencedora, uma vez notificada, que se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar injustificadamente o instrumento equivalente, no prazo de 05 dias úteis a contar da notificação, incorrerá na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/1993. Neste caso, a Administração poderá convocar a empresa que imediatamente a suceder na classificação e assim sucessivamente;
- 13.3. O licitante remanescente, na hipótese da ocorrência acima citada, será convocado para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.
- 13.4. Se decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas sem que haja convocação para a celebração de contrato, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14. DOS PRAZOS

- 14.1. Os licitantes deverão observar os prazos discriminados neste Edital, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.2. O prazo de validade das propostas, objeto da presente licitação, será de **60 (sessenta)** dias, contados da data de sua entrega.

- 14.3. O prazo de **vigência do contrato** será de **180 (Cento e Oitenta) dias**, contados a partir da **assinatura e publicação do mesmo**;
- 14.4. O prazo para execução da obra será de **100 (Cento) Dias**, contados a partir da **Ordem de Serviço**;
- 14.5. Os prazos de início de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e com base nos motivos apontados no art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

15. DO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA OBRA

- 15.1. A Unidade Gestora da Licitação designará, especialmente, servidor, para gerenciamento, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto ora licitado.
- 15.2. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 15.3. A fiscalização elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico da obra, observando o estabelecido no cronograma físico-financeiro. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.
- 15.4. A fiscalização atestará as notas fiscais/faturas e recibos emitidos pela empresa contratada.

16. DO REAJUSTE

- 16.1. Só será admitido o reajuste de preços após decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso no cronograma físico da obra, e após a análise dos setores competentes sobre a admissibilidade.
- 16.2. O interessado deverá formalizar o pedido de reajuste juntamente com o pedido de pagamento da nota fiscal/fatura dos valores passíveis de reajuste, sob pena de preclusão lógica do direito.
- 16.3. O índice a ser aplicado deverá ser o INCC-M, da Fundação Getúlio Vargas.
- 16.4. Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$R = P_i \times I_i - I_0$ onde:

R = valor do reajustamento;

P_i = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

I_i = índice nacional da Construção Civil–INCC- M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

I_0 = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Caso a licitante adjudicada não mantenha sua proposta, apresente-a sem seriedade, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será sancionada com o impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação, estando sujeita às seguintes cominações:

I. Advertência, por escrito;

II. Multa;

III. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.2. Será aplicada multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a Autoridade Superior poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no subitem 18.3 infra, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

17.3. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no subitem 18.2 supra.

17.4. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

- 17.5. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.
- 17.6. No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a Administração Municipal poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.
- 17.7. *Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.*
- 17.8. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Administração Municipal, decorrentes das infrações cometidas.
- 17.9. Independente da aplicação das penalidades retro indicadas à proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da proponente classificada não aceitar a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

18. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 18.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- 18.2. Os pedidos de esclarecimento poderão ser encaminhados ao Setor de Licitação por escrito ou através do endereço eletrônico: cploeiras.pa@gmail.com
- 18.3. Os esclarecimentos serão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal, bem como anexados ao processo licitatório em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para a abertura da licitação.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS

- 19.1. Poderá impugnar o edital qualquer cidadão, no prazo de cinco dias úteis antes da data de abertura do mesmo, no caso da impugnação ser realizada por empresa licitante, o prazo será de dois dias úteis antes da abertura, conforme do art. 41 da Lei 8.666/93.

19.2. No caso de interposição de recurso, o mesmo deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, e no prazo de 05 dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, devendo ser protocolado no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, no horário de 08h00min às 12h00min.**

20. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO

20.1. O resultado final desta licitação será publicado no Diário Oficial da União, no Quadro de Avisos da Sede da Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência Municipal e Portal dos Jurisdicionados do TCM/PA.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal, bem como o atesto da prestação dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias junto à Secretaria Municipal de Finanças localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida 15 de Novembro, nº 1198, Bairro Liberdade, CEP: 68.470-000 – Oeiras do Pará, na forma abaixo.

21.1.1. Nota fiscal/Fatura deve apresentar discriminação resumida dos serviços executados, período da medição, número da licitação, número do Termo de Contrato e/ou Convênio, observação das normas constantes na Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e alterações, sem rasuras e/ou entrelinhas.

21.1.2. Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório GFIP/SEFIP, com recolhimentos na matrícula CEI da obra.

21.1.3. Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório Analítico da GRF.

21.1.4. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, e demais alterações.

21.2. Para a liberação da **primeira parcela**, além das demais cláusulas de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

21.2.1. Comprovação da ART ou RRT da obra;

21.2.2. Comprovação de matrícula CEI da obra junto ao INSS;

21.3. Para a liberação da **última parcela**, além das demais cláusulas de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

21.3.1. Do termo de Recebimento Definitivo da obra;

21.3.2. Do comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

- 21.3.3. Da contribuição sindical, no caso de a obra com duração de 365 dias ou mais.
- 21.4. À Entidade Gestora, reserva-se o direito de recusar a realizar o pagamento, se no ato da verificação e atesto pelo fiscal, o mesmo observar que os serviços não estão de acordo com as especificações apresentadas, devendo ser relato o fato por escrito. O pagamento só será realizado após as devidas correções pela contratada.
- 21.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará *pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.*
- 21.6. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo no fornecimento pela **CONTRATADA**.
- 21.7. A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

- 22.1. No interesse da Administração Pública, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ** poderá:
- Modificar as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
 - Revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.
- 22.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou anulação do procedimento licitatório.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. A Unidade Gestora poderá revogar a licitação por motivo de interesse público, e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiros.

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- 23.2. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pela execução da obra, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços executados.
- 23.3. O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deve ser feito nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003 e de acordo com o Código Tributário Municipal.
- 23.4. A licitante deverá prestar declaração de que imediatamente após a assinatura do contrato providenciará a **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, junto ao **CREA/PA**, na forma da Lei nº 6.496/77, entregando uma via para os arquivos da Prefeitura Municipal através do Fiscal de Contrato.
- 23.5. Na contagem de prazos estabelecidos neste Pregão excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 23.6. Os casos omissos neste Edital de Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com base na Legislação Federal e Municipal incidentes, e nos princípios gerais do Direito.
- 23.7. Será competente o Foro da Comarca de Oeiras do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para soluções de questões oriundas desta Licitação.
- 23.8. Os anexos abaixo fazem parte integrante e indivisível do presente Edital:
- a) Anexo I – Documentos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo/Projeto básico/Planilha Orçamentária/Cronograma de Execução);
 - b) ANEXO II – Modelo para Termo de Credenciamento;
 - a) ANEXO III – Modelo de Declaração com base no disposto na Lei Complementar Nº. 123/2006 e Alterações Posteriores;
 - b) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Idoneidade/Fatos Supervenientes;
 - c) ANEXO V – Modelo de Declaração cumprimento Art. 7º da Constituição Federal;
 - d) ANEXO VI – Minuta de Contrato Administrativo.

Oeiras do Pará, 09 de Novembro de 2022.

EDINALVA Assinado de forma
DOS SANTOS digital por
DINIZ:700963 EDINALVA DOS
70246 SANTOS
DINIZ:70096370246

EDINALVA DOS SANTOS DINIZ
Presidente da CPL
Portaria Municipal nº 0125/2022- GP- PMOP

**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



ANEXO I

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA (MEMORIAL DESCRITIVO/PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO).

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROJETO

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

OBRA: "AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL".

OEIRAS DO PARÁ
OUTUBRO/2022

RUA PRESIDENTE MEDICI S/N - B. SANTA MARIA
OEIRAS DO PARÁ - PA CEP: 68.470-000

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CONTEÚDO:

- MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

- RESUMO DETALHADO DO ORÇAMENTO;

- COMPOSIÇÃO DO BDI;

- ENCARGOS SOCIAIS;

- PROJETO BÁSICO: ARQUITETURA - PLANTA BAIXA, FACHADA PRINCIPAL, CORTE E COBERTURA.

MEMORIAL DESCRITIVO

O referido memorial descreve a obra de AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL. A ampliação desta Escola se faz necessário, uma vez que neste local não existe nenhuma instituição de ensino com infraestrutura adequada para atender a demanda da região de forma eficiente em espaço físico arejado e confortável, para um melhor funcionamento educacional. Com isso, é de fundamental importância a sua ampliação com 03(três) salas de aula para suprir a carência de espaço, pois a obra abrangerá aos serviços de infraestrutura/superestrutura, paredes/fechamento em alvenaria, esquadrias, revestimentos, pisos, cobertura, pintura em geral e instalações elétricas.

Portanto, este projeto visa criar ambientes seguros, higiênicos e agradáveis em condições adequadas para o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo em atender a demanda e o bem estar dos docentes e discentes, tanto da instituição educacional como principalmente de seus envolvidos na prática de ensino, proporcionando e estimulando o desenvolvimento educacional e social dos usuários, os quais terão mais motivação em alcançar as suas metas e objetivos, atingindo assim toda comunidade em que está inserida neste município de Oeiras do Pará.

CUSTO TOTA DA OBRA COM BDI: R\$ 311.049,26 (Trezentos e onze mil e quarenta e nove reais e sete e seis centavos).

NOME OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

LOCALIZAÇÃO DA OBRA: BR 422 – KM 53 – VILA COSTEIRA – ZONA RURAL – OEIRAS DO PARÁ.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. FINALIDADE

As presentes especificações técnicas visam a estabelecer as condições gerais para a Obra de **AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.**

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução dos serviços deverá ser de acordo com o projeto, planilha de custos, especificações técnicas e normas da ABNT, assim como posturas Federais, Estaduais e Municipais em vigor e os regulamentos das Companhias Concessionárias de água, luz e etc.

Toda e qualquer modificação introduzida no projeto, detalhes e especificações só será admitida com a prévia autorização da **Secretaria Municipal de Educação/P.M.O.P.**, devidamente registrado no “**DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS**” e assinado pelo fiscal da obra.

2.1. OBJETO

As presentes especificações estabelecem as condições em que deverão ser executados os serviços da Obra de **AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.**

2.2. REGIME DE EXECUÇÃO

A obra será executada sob um regime de Empreitada por preço global.

2.3. PRAZO

O prazo para execução da obra será de **100 (cem)** dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço.

2.4. ABREVIATURAS

As abreviaturas nesta especificação técnicas seguirão a ordem abaixo discriminada:

PMOP: Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará

FISCALIZAÇÃO: Engenheiro ou preposto credenciado pela PMOP

CONTRATADA: Firma com a qual for contratada a execução das obras

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

CREA: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Serão documentos complementares a estas especificações técnicas, independentemente de transcrição:

2.5.1. Todas as normas da ABNT relativas ao objeto destas especificações técnicas;

2.5.2. Instruções técnicas e catálogos de fabricantes, quando aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**;

2.5.3. As normas do Governo do Estado do Pará e de suas concessionárias de serviços públicos e as normas do CREA/PA.

2.6. MATERIAIS

Todos os materiais necessários que serão fornecidos. Deverão ser de primeira qualidade de acordo com especificações técnicas. As marcas citadas nestas especificações constituem apenas referência, admitindo a substituição por outras marcas similares (tipo, função, resistência, estética e apresentação), com previa consulta e aprovação pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA

Para o início dos trabalhos de execução da obra deverá apresentar, as ART's referentes à execução da obra bem como todos os projetos necessários para esta execução, incluindo os fornecidos pela **CONTRATANTE**. Uma guia da ART deverá permanecer no local da obra.

2.8. PROJETOS

Todos os projetos serão fornecidos pela **CONTRATANTE**.

Se algum aspecto destas especificações estiver em desacordo com normas vigentes da ABNT, CREA e Governo do Estado prevalecerão a prescrição contida nas normas desses órgãos.

2.9. DIVERGÊNCIAS

Em caso de divergência de informações com relação aos projetos e especificações técnicas deverá ser considerado: as normas da ABNT; as cotas dos desenhos prevalecem sobre suas dimensões, medidas na escala; os desenhos de maiores escalas prevalecem sobre os de menor escala e os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os mais antigos.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

3.1. SERVIÇOS TÉCNICOS:

3.1.1. LOCAÇÃO DA OBRA

Será executado conforme detalhes em projeto e/ou nos casos que se fizerem necessários de acordo com as exigências da fiscalização. Locação da obra à trena.

3.2. SERVIÇOS PRELIMINARES:

3.2.1. PLACA DA OBRA

Fornecimento e instalação de Placa da obra tipo Banner em lona com plotagem de gráfica, conforme especificado pela Fiscalização, dimensões 2,20 x 1,20m. A placa deverá ser fixada em local visível, preferencialmente no acesso principal ao Empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização.

3.3 MOVIMENTO DE TERRAS

Execução de Escavação manual com profundidade de 1,20 a 1,50 m das sapatas com dimensões de 0,80 x 0,80 x 1,20 x 18 unidades e 0,60 x 0,60 x 1,20 x 02 unidades.

3.4 INFRAESTRUTURA

3.4.1 SAPATAS/ALICERCE EM CONCRETO ARMADO

Será executado Bloco em concreto armado p/ fundação (incl. forma) (Sapatas: 18 unid de 80x80x45cm (dezoito unidades, sendo: locadas na estruturação das 03 salas de aula em concreto armado) e 02 unid de 60x60x45cm (duas unidades locadas na mureta de proteção). Como também o Baldrame em concreto armado c/ cinta de amarração 10x25cm no perímetro das salas e em alvenaria das calçadas.

3.5 SUPERESTRUTURA

3.5.1 CONCRETO ARMADO

Pilares e Vigas em concreto armado. Serão executados em concreto armado no traço 1:2:3 (cimento, areia e seixo), fck 20 Mpa, obedecendo as determinações indicadas em projeto sendo PILARES: 18 unid de pilares retangulares de 12x25cm nas salas de aula), 02 unid de pilares de 10 x 25cm na mureta de fechamento; Vigas: de 12x30cm (vigas superiores no perímetro das salas de aula em concreto armado), com formas em madeira branca, bem aprumadas e escoradas de forma que não abram durante o lançamento do concreto. As armações deverão ser com ferros de boa procedência e de primeira qualidade Ø3/8 e Ø5/16". O preparo do concreto deverá ser com betoneiras com prazo nunca inferior a 3 minutos, sendo lançado imediatamente após o preparo e só permitir o adensamento mecânico por meio de vibradores de eficiência comprovada. A execução de qualquer parte de estrutura implica na integral responsabilidade da empreiteira, por sua resistência e estabilidade.

3.6 PAREDES/PAINÉIS

3.6.1 ALVENARIA

Fechamento em alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos de 6 furos (9x12x19 cm), e = 0,09 m, com argamassa traço - 1:2:8 (cimento / aditivo ligante de fabricação industrial / areia), devidamente bem cozidos, executado a cutelo bem alinhados e aprumados, cujo espaçamento das fiadas não deverá ultrapassar 1,5cm. Execução de Verga e contraverga pré-moldada para vãos mais de 1,5 m de comprimento, com apoio mínimo de 20 cm. Incluindo fechamento frontal com mureta em alvenaria com altura h= 1,10m. Sendo executado nos alinhamentos indicados em planta conforme projeto e indicação da Fiscalização

3.7 ESQUADRIAS

3.7.1 MADEIRA/VIDRO/METAL

Fornecimento e instalação de Janelas de correr em vidro temperado de 8mm (12 unid. de 2,00x0,80m) nas salas de aula; Fornecimento e instalação de ferragens para as esquadrias de vidro.

Portas de madeira completa c/ caixilho e alizar 80 x 210. Todas as portas serão instaladas com ferragens incluídas dobradiças e fechaduras com maçanetas de alavanca da marca STAM ou Aliança ou similar de boa qualidade.

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Fornecimento e instalação na entrada principal de Portão metálico em metalon c/ 2 folhas: 2 x 0,80 x 2,10m incluindo bandeira. E fornecimento e instalação de Gradil metálico em metalon sobre mureta frontal Compr.= 18,00m x h=1,00m.

3.8 PAVIMENTAÇÃO

3.8.1 PISO CERÂMICO / CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO

Serão executados os aterros compactados em toda a área ampliada e=+ 25 a 30 cm; execução de contrapiso e= 5cm com camada regularizadora no traço 1:4 aplicados conforme solicitação da Fiscalização ao longo da ampliação. Será executado nas salas de aula (ampliação) acabamento em Piso Cerâmico PEI IV 45x45cm na cor clara padrão médio. E execução de calçadas de circulação e proteção com alicerce/baldrame em alvenaria e concreto c/ junta seca. Incluindo rampa de acesso na entrada principal da escola.

3.9 COBERTURA

3.9.1 ESTRUTURA MADEIRA / TELHAMENTO DE FIBROCIMENTO ONDINA / CALHA METÁLICA / FORRO PVC.

Será executada a estrutura da cobertura com o encaibramento e barroteamento em madeira de lei e telhamento com telha ondulada de fibrocimento Ondina E = 4 mm, com recobrimento lateral de 1/4 de onda para telhado com inclinação maior que 10°, com até 2 águas, incluso içamento. Cumeeira para telha de fibrocimento ondulada e=4mm, incluso acessórios de fixação e içamento. Execução de calha em chapa metálica galvanizada comprimento C=6,70m e largura L=1,00m. Fornecimento e instalação de Forro em régua de PVC 200mm, liso, para ambientes residenciais, inclusive estrutura de fixação com barroteamento em madeira e acabamentos. Como também o fornecimento e instalação de vistas em tábuas de madeira de lei nos beirais de cobertura.

3.10 REVESTIMENTO

3.10.1 CHAPISCO

Deverá ser aplicado em toda parede de alvenaria no traço 1: 3 (cimento e areia), a fim de dar maior aderência ao reboco. As superfícies a serem chapiscadas deverão ser limpas e abundantemente molhadas antes da chapiscagem. Eliminar gorduras, vestígios orgânicos (limo, fuligem) e outras impurezas que possam acarretar futuros desprendimentos. Os revestimentos subsequentes ao chapisco somente serão iniciados após a completa secagem.

3.10.2 EMBOÇO

Emboço, para recebimento de cerâmica, em argamassa Traço 1:2:8, preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes, para ambiente com área maior que 10m², espessura de 20mm, com taliscas H=1,50m (faces internas das salas de aula).

3.10.3 REBOCO

Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces interna/externas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas.

3.10.4 CERÂMICA

Revestimento Cerâmico p/ paredes internas, Padrão Médio, a meia altura das paredes (nas faces internas das paredes das salas de aula h=1,50m).

3.11 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

3.11.1 ELÉTRICA

Instalação dos circuitos elétricos e das instalações de pontos de luz, incluindo colocação de quadro de distribuição de energia para 6 disjuntores, incluindo sistema de aterramento com haste cobreada de 2,50m com conector; Fornecimento e instalação de conjunto Airstop para ar condicionado completo c/ tomada e disjuntor; Fornecimento e instalação de Tomadas simples 4x2 e Interruptores c/ 3 teclas nas salas e aula; Fornecimento e instalação de Luminária painel plafon Led sobrepor 25W 30 x 30cm nas salas de aula e Luminária painel plafon Led sobrepor 18W 20 x 20cm na circulação externa; Deverá satisfazer a NB-3 e NB-57 da ABNT e prescrições da companhia local EQUATORIAL e obedecer rigorosamente ao projeto.

3.12 PINTURA

3.12.1 TINTA LÁTEX ACRÍLICO/ ESMALTE SINTÉTICO

As paredes internas serão devidamente pintadas com tinta Acrílica semi-brilho em duas demãos, incluindo massa e selador. Sendo, Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - externa na cor VERDE FOLHA h=80cm; Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - interna e externa na cor MARFIM; Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - externa na cor VERDE LIMÃO h= 18cm (uma faixa); Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - externa na cor BRANCO h=18cm (duas faixas);

E pintura sobre estrutura de madeira aparente do telhado, com aplicação de 02 demão. Serão aplicadas duas demãos de selador fundo preparador nas portas e após a cura, a aplicação de duas demãos de tinta esmalte sintético na cor Tabaco, conforme indicado pela fiscalização.

Será aplicado no piso cimentado (Pátio, calçadas laterais cobertas) tinta apropriada conforme indicação da fiscalização em cor e tonalidade.

Aplicação de pintura em tinta Esmalte Sintético Verde Folha no Portão e gradis metálicos, 2 demãos.

O material a ser utilizado deverá ser de qualidade reconhecida no mercado, fornecido por fabricantes de referência nacional como: Novacor, Renner, Coral; ou similar.

3.13 SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES

3.13.1 DIVERSOS E FINAIS

Fornecimento e instalação de dreno para o Ar condicionado com tubo PVC 20 mm e conexões. Como também o fornecimento e instalação de Placa de inauguração metálica 0,47x0,57m.

A obra deverá permanecer continuamente limpa, evitando acúmulo de terra e restos de material de construção.

Após a conclusão de todos os serviços a obra deverá ser entregue, totalmente limpa, livre de qualquer impureza, inclusive com a retirada de entulhos da área do prédio.

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



DEMAIS CONSIDERAÇÕES

A eventual mudança em itens desta especificação, pela **Fornecedora/Instaladora**, deverá ser previamente comunicada à Fiscalização da **Contratante**, que analisará e decidirá pela melhor solução, após **consulta ao Autor do Projeto**.

Esta Especificação está sujeita a mudanças feitas pela **Contratante**, com anuência do **Autor do Projeto**.

Oeiras do Pará, 17 de outubro de 2022.

SHELSON GIL MOIA CARDOSO
Eng. Fiscal de Obras e Serviços
PORT. Nº 007/2022- SEMED



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Secretaria Municipal de Educação



MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ

ENDEREÇO: BR 422 - KM 53 - VILA COSTEIRA - ZONA RURAL - OEIRAS DO PARÁ

BDI = 30,00 %

Data de preço: SINAPI - MAIO/2022 SEDOP - MAIO/2022 com desoneração

DATA: 17/10/2022

VALOR DA OBRA: 311.049,26

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT (SEM BDI)	PREÇO UNIT (COM BDI)	VALOR (R\$)
1 SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	11340	SEDOP	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica	m ²	2,64	176,27	229,15	604,96
1.2	10009	SEDOP	Locação da obra (execução de gabarito)	m ²	152,76	4,67	6,33	967,12
							Subtotal	1.572,08
2 FUNDAÇÃO								
2.1 CONCRETO ARMADO - BLOCOS								
2.1.1	96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDOAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO M3 PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS)	m ³	15,64	77,50	100,75	1.575,73
2	96695	SINAPI	REATERRO MANUAL APOIADO COM SOQUETE AF_10/2017	m ²	56,16	40,99	53,25	2.992,60
2	96619	SINAPI	Lastro de concreto não estrutural, espessura 5 cm	m ²	12,24	31,12	40,46	495,18
2.1.4	96535	SINAPI	Forma de madeira em tábuas para fundações, com reaproveitamento	m ²	39,71	125,34	162,94	6.470,43
2.1.5	92777	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	135,56	16,36	21,27	2.833,09
2.1.6	92776	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 10,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	115,50	14,62	19,01	2.195,19
2.1.7	92775	SINAPI	Armação de aço CA-60 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	38,44	19,37	25,68	917,99
2.1.8	103672	SINAPI	Concreto para Fundação fck=25MPa, incluindo preparo, lanç. e adensamento	m ³	8,09	732,96	952,85	7.708,54
2.2 CONCRETO ARMADO - VIGAS BALDRAMES								
2.2.1	96619	SINAPI	Lastro de concreto não estrutural, espessura 5 cm - fundo de vaia	m ²	12,57	31,12	40,46	508,53
2.2.2	96535	SINAPI	Forma de madeira em tábuas para fundações, com reaproveitamento	m ²	54,49	125,34	162,94	8.878,71
2.2.3	92777	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	111,92	16,36	21,27	2.380,31
2.2.4	92776	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 10,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	134,46	14,62	19,01	2.555,83
2.2.5	92775	SINAPI	Armação de aço CA-60 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	79,68	19,37	25,68	1.835,97
2.2.6	103674	SINAPI	Concreto para Vigas fck=25MPa, incluindo preparo, lanç. e adensamento	m ³	3,27	748,80	973,44	3.183,15
							Subtotal	44.581,33
3 SUPERESTRUTURA								
3.1 CONCRETO ARMADO - PILARES								
3.1.1	92431	SINAPI	Montagem e desmontagem de forma para pilares, em chapa de madeira compensada plastificada com reaproveitamento	m ²	44,70	51,11	66,44	2.970,00
3.1.2	92779	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 10,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	173,25	14,62	19,01	3.292,79
3.1.3	92775	SINAPI	Armação de aço CA-60 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	52,85	19,37	25,68	1.262,11
3.1.4	103672	SINAPI	Concreto para pilares fck= 25 MPa, incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	2,67	732,96	952,85	2.544,10
3.2 CONCRETO ARMADO - VIGAS								
3.2.1	92471	SINAPI	Montagem e desmontagem de forma para vigas em chapa de madeira compensada plastificada com reaproveitamento	m ²	62,57	66,41	112,33	7.062,38
3.2.2	92777	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	110,92	16,36	21,27	2.356,05
3.2.3	92776	SINAPI	Armação de aço CA-50 de 10,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	173,25	14,62	19,01	3.292,79
3.2.4	92775	SINAPI	Armação de aço CA-60 de 8,0 mm, incluso fornecimento, corte, dobra e colocação	kg	72,07	19,37	25,68	1.721,10
3.2.5	103674	SINAPI	Concreto para Vigas fck= 25 MPa, incluindo preparo, lançamento e adensamento	m ³	3,27	748,80	973,44	3.183,15
3.3 CONCRETO ARMADO - VERGAS E CONTRAVERGAS								
3.3.1	93185	SINAPI	Verga e contraverga pré-moldada fck= 20MPa, seção 10x10cm	m	61,20	58,47	76,01	4.651,87
							Subtotal	32.339,34



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS



MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ

ENDEREÇO: BR 422 - KM 53 - VILA COSTEIRA - ZONA RURAL - OEIRAS DO PARÁ

BDI = 30,00 %

Data de preço: SINAPI - MAIO/2022 SEDOP - MAIO/2022 com desoneração

DATA: 17/10/2022

VALOR DA OBRA:		311.049,26						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT (SEM BDI)	PREÇO UNIT (COM BDI)	VALOR (R\$)
4			SISTEMAS DE VEDAÇÃO VERTICAL					
4.1			ALVENARIA DE VEDAÇÃO					
4.1.1	103357	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos (dimensões nominais: 06x19x20) assentamento em argamassa no traço 1:2:6 (cimento, cal e areia)	m ²	227,33	52,66	68,48	15.565,47
4.2			ALVENARIA PARA EMPENAS					
4.2.1	103323	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos (dimensões nominais: 06x19x20) assentamento em argamassa no traço 1:2:6 (cimento, cal e areia)	m ²	18,72	57,15	74,30	1.390,80
Subtotal								16.956,27

5			ESQUADRIAS					
1			PORTAS DE MADEIRA					
1.1	91314	SINAPI	PM1 - Porta de madeira para pintura, dimensões 80x210cm, espessura 3,5cm, incluso dobradiças, bitentes e fechadura	un	3,00	699,04	908,75	2.726,26
5.2			JANELAS DE ALUMÍNIO					
5.2.1	91376	SEDOP	JA-1 - Janela de Alumínio de cor: 200x80cm, conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens e vidro minibril, espessura 6mm	m ²	19,20	802,48	1.043,22	20.029,90
5.3			PORTÃO E GRADIS METÁLICOS					
5.3.1	90822	SEDOP	Portão de ferro em metalom (incl. pintura anti-corrosiva) dim=1,60 x 2,10m	m ²	3,96	401,12	521,48	1.752,09
5.3.2	90829	SEDOP	Grade de ferro em metalom (incl. pint. anti-corrosiva) dim= 18,00 x 1,00m	m ²	18,00	335,38	435,99	7.847,89
Subtotal								32.386,14

6			SISTEMAS DE COBERTURA					
6.1	92550	SINAPI	Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 6m, para telha ondulada de fibrocimento	un	3,00	1.204,61	1.585,98	4.997,98
6.2	70614	SEDOP	Mão francesa em mad. 3e lei (padrão SEDUC)	m ²	7,00	305,88	395,04	2.765,31
6.3	92541	SINAPI	Trama de madeira composta por ripas, cabros e terças para telhados de até 2 águas para telha fibrocimento	m ²	221,16	67,91	88,28	19.524,67
6.4	150124	SEDOP	PVA interna sobre estrutura de madeira aparente de cobertura sem superf. preparada.	m ²	88,41	14,92	19,40	1.326,68
6.5	71468	SEDOP	Cobertura - Telha de fibrocimento a=4mm	m ²	221,16	52,34	68,04	15.046,17
6.6	70029	SEDOP	Cumeeira em fibrocimento a=6mm	m	25,88	66,80	86,84	2.247,42
6.7	94229	SEDOP	Calha em chapão de aço galvanizado número 24 (desenvolvimento de 100 cm incluso transporte vertical) al. 07/2019	m	6,70	171,66	223,20	1.496,42
Subtotal								47.105,64

7			IMPERMEABILIZAÇÃO					
7.1	98557	SINAPI	Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações (vigas balcames)	m ²	54,48	33,91	44,08	2.402,08
Subtotal								2.402,08

8			REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO					
8.1	87878	SINAPI	Chapisco de aderência em paredes internas e externas	m ²	426,56	4,46	5,80	2.473,51
8.2	87535	SINAPI	Emboço para paredes internas traço 1:2:9 - preparo manual - espessura 2,0 cm	m ²	126,00	35,74	46,46	5.864,21
8.3	87543	SINAPI	Reboco para paredes internas, externas, muro e muretas traço 1:4:5 - espessura 0,5 cm	m ²	300,58	22,28	28,94	8.899,18
8.4	87275	SINAPI	Revestimento cerâmico com placas de dimensões 33x45cm aplicadas à meia altura das paredes	m ²	126,00	76,00	98,80	12.448,80
8.5	96486	SINAPI	Forno de PVC liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação	m ²	144,00	89,34	116,14	16.724,45
Subtotal								46.198,95

[Handwritten signature]



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ

ENDEREÇO: BR 422 - KM 53 - VILA COSTEIRA - ZONA RURAL - OEIRAS DO PARÁ

BDI = 30,00 %

Data de preço: SINAPI - MAIO/2022 SEDOP - MAIO/2022 com desoneração

DATA: 17/10/2022

VALOR DA OBRA:		311.049,26						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	FONTES	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT (SEM BDI)	PREÇO UNIT (COM BDI)	VALOR (R\$)
9			SISTEMAS DE PISOS					
9.1			PAVIMENTAÇÃO INTERNA					
9.1.1	87630	SINAPI	Contrapiso de concreto não-estrutural, espessura 3cm e preparo mecânico	m ²	144,00	38,82	50,21	7.229,66
9.1.2	87251	SINAPI	Piso cerâmico com placas esmaltada extra de dimensões 45 x 45 cm - incl. rejunte, conforme projeto	m ²	144,00	59,87	77,83	11.207,66
9.2			PAVIMENTAÇÃO EXTERNA					
9.2.1	94985	SINAPI	Passivo em concreto desempenado com junta plástica a cada 1,20m e=10cm	m ²	81,19	128,04	167,82	10.256,79
9.2.2	98879	SINAPI	Piso cimentado desempenado com acabamento liso e=2,0cm com junta plástica acabada 1,2m	m ²	81,19	36,00	46,80	2.863,69
9.3	94983	SINAPI	Rampa de acesso principal a escola em concreto não-estrutural	m ³	0,30	467,03	807,14	182,14
			Subtotal					31.739,95

10			PINTURAS E ACABAMENTOS					
10.1	150377	SEDOP	Esmalte Sintético na cor TABACO sobre esquadrias de madeira com duas demãos sem massa, incluindo selador	m ²	36,98	24,80	32,24	1.191,58
10.2	151284	SEDOP	Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - externa na cor VERDE FOLHA h=80cm	m ²	150,30	44,33	57,63	8.661,64
10.3	151284	SEDOP	Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - interna e externa na cor MARFIM	m ²	375,03	44,33	57,63	21.612,60
10.4	151284	SEDOP	Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - externa na cor VERDE LIMÃO h= 18cm (junta fina)	m ²	33,82	44,33	57,63	1.948,01
10.5	151284	SEDOP	Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - externa na cor BRANCO h=18cm (duas faixas)	m ²	87,64	44,33	57,63	3.898,03
10.6	150124	SEDOP	PVA interna sobre estrutura de madeira aparente de cobertura sem superf. Preparada, na cor cinza claro	m ²	68,46	14,92	19,40	1.328,69
10.7	150207	SEDOP	Acrílica para piso de concreto (Calçadas de circulação e proteção)	m ²	61,19	18,35	23,69	1.459,89
			Subtotal					40.099,26

11			INSTALAÇÃO ELÉTRICA - 127V					
11.1			CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO					
11.1.1	101876	SINAPI	Quadro de distribuição de energia em PVC de embutir, sem barramento para 6 disjuntores - fornecimento e instalação	un	1,00	77,59	100,87	100,87
11.1.2	93654	SINAPI	Disjuntor termomagnético monopolar DIN 16A	un	1,00	11,73	15,25	15,25
11.1.3	80855	SINAPI	Disjuntor termomagnético monopolar DIN 20A	un	2,00	12,74	16,56	33,12
11.1.4	83863	SINAPI	Disjuntor termomagnético bipolar DIN 25A	un	1,00	58,94	76,62	76,62
11.1.5	83865	SINAPI	Disjuntor termomagnético bipolar DIN 50A	un	1,00	89,08	89,78	89,78
11.2			ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS					
11.2.1	91854	SINAPI	Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, Ø25mm (DN 3/4"), inclusive conexões	m	50,00	8,45	10,99	549,25
11.2.2	91856	SINAPI	Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, Ø32mm (DN 1"), inclusive conexões	m	10,00	11,28	14,64	146,38
11.2.3	91940	SINAPI	Caixa de passagem PVC 4x2" média, (1,30m do piso), instalada na parede - fornecimento e instalação	un	10,00	13,54	17,60	176,02
11.2.4	171184	SEDOP	Haste de Aço cobreada 5/8"x2,40m c/ conector	un	1,00	105,00	136,50	136,50
11.2.5	98111	SINAPI	Caixa de inspeção para aterramento, circular, em polietileno, diâmetro interno = 0,30m	m	1,00	45,78	59,48	59,48
11.3			CABOS E FIOS CONDUTORES					
11.3.1	91926	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolamento em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: Ø2,5 mm ²	m	300,00	4,12	5,36	1.606,80
11.3.2	91928	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolamento em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: Ø4 mm ²	m	70,00	8,83	8,88	618,53
11.3.3	91930	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolamento em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: Ø6 mm ²	m	200,00	9,37	12,19	2.436,20
11.3.4	91932	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolamento em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: Ø10 mm ²	m	70,00	15,55	20,22	1.415,26
11.4			ILUMINAÇÃO, TOMADAS E INTERRUPTORES					
11.4.1	92000	SINAPI	Tomada universal, 10A, cor branca, completa	un	5,00	24,17	31,42	156,50
11.4.2	91953	SINAPI	Interruptor 1 tecla simples	un	1,00	22,83	29,68	29,68



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

Nome: Maria de Fátima



ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ

ENDEREÇO: BR 422 - KM 53 - VILA COSTEIRA - ZONA RURAL - OEIRAS DO PARÁ

BDI = 30,00 %

Data de preço: SINAPI - MAIO/2022 SEDOP - MAIO/2022 com desoneração

DATA 17/10/2022

VALOR DA OBRA:		311.049,26						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT (SEM BDI)	PREÇO UNIT (COM BDI)	VALOR (R\$)
11.4.3	91957	SINAPI	Interruptor 3 tecla simples	un	3,00	49,59	64,47	193,40
11.4.4	171015	SEDOP	Luminária abajur - sobrepôr (2x20W) ou similar - completa	un	3,00	139,26	181,04	543,11
11.4.5	171016	SEDOP	Luminária abajur - sobrepôr (2x40W) ou similar - completa	un	18,00	157,28	204,44	3.679,88
11.4.6	231215	SEDOP	Conjunto Airstop de embute completo	un	3,00	94,64	123,03	369,10
							Subtotal	12.466,56
SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES								
12.1	231335	SEDOP	Dreno para o Ar condicionado com tubo PVC 20 mm e conexões	un	3,00	60,39	78,51	235,52
12.2	241316	SEDOP	Placa de inauguração metálica 0,47x0,57m	un	1,00	791,72	1.029,24	1.029,24
3	270220	SEDOP	Limpeza geral	m ²	221,16	8,83	8,88	1.963,68
							Subtotal	3.226,44
							Valor TOTAL com BDI	311.049,26

VALOR TOTAL DA OBRA: R\$ 311.049,26 (TREZENTOS E ONZE MIL E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)


SHELSON GIL MOIA CÁRDOSO

Eng. Fiscal da PMOP
Eng. Civil - CREA 150234192-6

RECEBIMOS
DE
R\$ 311.049,26
RECEBIMOS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ

ENDEREÇO: BR 422 - KM 53 - VILA COSTEIRA - ZONA RURAL - OEIRAS DO PARÁ

Data de preço: SINAPI - MAIO/2022 SEDOP - MAIO/2022 com desoneração

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (R\$)	% ITEM	20 DIAS	40 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	100 DIAS	TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1.572,08	0,51%	100%					1.572,08
2	FUNDAÇÃO	44.581,35	14,33%	60%	40%				44.581,35
3	SUPERESTRUTURA	32.339,34	10,40%	20%	60%	20%			32.339,34
4	SISTEMAS DE VEDAÇÃO VERTICAL (PAREDES)	16.959,27	5,45%	40%	80%				16.959,27
5	ESQUADRIAS	32.356,14	10,40%	20%	60%	20%			32.356,14
6	SISTEMAS DE COBERTURA	47.105,84	15,14%	20%	50%	30%			47.105,84
7	IMPERMEABILIZAÇÃO	2.402,08	0,77%	100%					2.402,08
8	REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	46.198,95	14,85%	20%	30%	40%	10%		46.198,95
9	SISTEMAS DE PISOS (PAVIMENTAÇÃO)	31.739,95	10,20%	40%	50%	10%			31.739,95
	PINTURA	40.099,25	12,89%			70%	30%		40.099,25
11	INSTALAÇÃO ELÉTRICA - 127V	12.466,56	4,01%		20%	50%	30%		12.466,56
12	SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES	3.228,44	1,04%				100%		3.228,44
Valores Totais		311.049,26	100%	34.788,76	65.082,90	75.716,56	102.197,75	33.263,30	311.049,26
				11,18%	20,92%	24,34%	32,86%	10,69%	
				11,18%	32,11%	56,45%	89,31%	100,00%	


SHELSON GIL MOIA CARDOSO
 Eng.º Fiscal da PMOP
 Eng.º Civil - CREA: 150234102-6

ATA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022
 Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação da Escola M. E. F. Nossa Senhora das Graças, localizada na Vila Costeira, Zona Rural, Oeiras do Pará.



ESTADO DO PARÁ PODER EXECUTIVO



PREFEIRURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

CNPJ: 04.876.413/0001-95

OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ

ENDEREÇO: BR 422 - KM 53 - VILA COSTEIRA - ZONA RURAL - OEIRAS DO PARÁ

Fonte: SEDOP/maio/2022 - SINAPI/maio/2022 S/ BDI E COM DESONERAÇÃO

RESUMO DETALHADO DO ORÇAMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1.572,08
2	FUNDAÇÃO	44.581,35
3	SUPERESTRUTURA	32.339,34
4	SISTEMAS DE VEDAÇÃO VERTICAL (PAREDES)	16.959,27
5	ESQUADRIAS	32.356,14
6	SISTEMA DE COBERTURA	47.105,84
7	IMPERMEABILIZAÇÃO	2.402,08
8	REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	46.198,95
9	SISTEMAS DE PISOS (PAVIMENTAÇÃO)	31.739,95
10	PINTURAS	40.099,25
11	INSTALAÇÃO ELÉTRICA - 127V	12.466,56
12	SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES	3.228,44
TOTAL GERAL		311.049,26

SHELSON GIL MOIA CARDOSO
ENGENHEIRO CIVIL - CREA: 1502341026



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANILHA DE CÁLCULO DE BDI



ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRES) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ENDEREÇO: BR 422 – KM 53 – VILA COSTEIRA – ZONA RURAL – OEIRAS DO PARÁ

		30,00%
CÁLCULO DE BDI		
DISCRIMINAÇÃO		%
A	BONIFICAÇÃO/LUCRO	9,05%
TOTAL		9,05%
B	DESPEAS INDIRETAS/FINANCEIRAS	
B1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%
B2	GARANTIAS E SEGUROS	0,29%
B3	RISCOS	0,80%
TOTAL		2,59%
C	DESPEAS	
C1	DESPEAS FINANCEIRAS	0,92%
TOTAL		0,92%
D	DESPEAS FISCAIS/TRIBUTOS	
D1	PIS	0,65%
D2	ISS	5,00%
D3	COFINS	3,00%
D4	CPRB (in RFB nº 1.597/2015)	4,50%
TOTAL		13,15%
TOTAL		
% BDI A SER UTILIZADO		30,00%
BDI=	$\frac{[(1+A) \times (1+B) \times (1+C)] - 1}{(1-D)}$	
BDI=	$\frac{1,129036394}{0,87}$	-1
BDI=	1,30	-1 X100
BDI=	30,00%	

Fórmula orientada pelo Tribunal de Contas da União para o cálculo final do BDI
Calculado conforme Acórdão Nº 2622/2013 TCU

SHELSON GIL MOIA CARDOSO
Eng. Civil - CREA: 150234102-6



ESTABELECIMENTO: ESCOLA M. E. F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

OBRA: AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL.

ENDEREÇO: BR 422 – KM 53 – VILA COSTEIRA – ZONA RURAL – OEIRAS DO PARÁ

ENCARGOS SOCIAIS			
TAXAS DE LEIS SOCIAIS E RISCO DE TRABALHO		COM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	8,00%	8,00%
A.1	INSS	0,00%	0,00%
A.2	FGTS	8,00%	8,00%
A.3	Salário-Educação	0,00%	0,00%
A.4	SESI	0,00%	0,00%
A.5	SENAI	0,00%	0,00%
A.6	SEBRAE	0,00%	0,00%
A.7	INCRA	0,00%	0,00%
A.8	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00%
A.9	Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário - SECONCI (aplicável a todas	0,00%	0,00%
B	ENCARGOS SOCIAIS COM INCIDÊNCIA DE A	54,54%	15,98%
B.1	Repouso Semanal	18,17%	0,00%
B.2	Feriados	5,50%	0,00%
B.3	Auxílio-Enfermidade	1,00%	0,00%
B.4	13º Salário	11,35%	0,00%
B.5	Licença Paternidade	0,06%	0,06%
B.6	Faltas Justificadas	1,55%	0,56%
B.7	Dias de Chuva	0,78%	0,00%
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,88%	0,11%
B.9	Férias Gozadas	15,25%	15,25%
C	ENCARGOS SOCIAIS SEM INCIDÊNCIA DE A	18,46%	18,46%
C.1	Aviso Prévio Indenizado	12,94%	12,94%
C.2	Depósito rescisão sem justa causa	4,81%	4,81%
C.3	Indenização Adicional	0,71%	0,71%
D	Taxas das Reincidências	6,48%	5,50%
D.1	Incidência de A sobre B	4,31%	3,33%
	Prévio Indenizado	2,17%	2,17%
E	OUTROS	0,00%	0,00%
E.1	REFEIÇÃO/ALMOÇO		
E.2	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA		
E.3	VALE TRANSPORTE		
E.4	SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES		
ENCARGOS SOCIAIS - TOTAL		87,48%	47,94%

ANEXO II

MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de _____, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, sob o Nº **2/2022-00007 – CPL/PMOP**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(FIRMA RECONHECIDA)

Nome do dirigente da empresa

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO COM BASE NO DISPOSTO NA LEI
COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 E ALTERAÇÕES POSTERIORES**

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e de CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no Edital do **TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007 – CPL/PMOP**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inc. II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações.

DECLARA ainda que a empresa será excluída das vedações constantes do § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Local e data.

Representante Legal

OBS: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

ANEXO IV

MODELO PARA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participar na **TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007– CPL/PMOP**, a empresa CNPJ, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistente fato impeditivo para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO
(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)

....., inscrito no CNPJ nº....., no intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().

Cidade - UF, de _____ de _____

(representante legal)

ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007– CPL/PMOP
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2022 - XXXXX/PMOP

MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL
DE OEIRAS DO PARÁ** E A EMPRESA
XXXXX, CONSOANTE AS CLÁUSULAS E
CONDIÇÕES SEGUINTE:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, sito à XXXXX, Bairro XXXX, CEP: 68.470-000 – Oeiras do Pará, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXXX, devidamente representada neste ato pelo Sr. Prefeito Municipal, **XXXXXXX**, brasileiro, estado civil, Agente Público Municipal, portador do CPF/MF nº XXXXX, residente e domiciliada nesta cidade de Oeiras do Pará, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e **XXXXXXX**, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXX**, com sede sito à XXXXXXXXX, nº XXXX, bairro XXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, na cidade de XXXXX, Estado do Pará, por seu representante legal, **XXXXXXXXXX**, brasileiro(a), estado civil, profissão, residente e domiciliado no Município de XXXXXXXX, Estado do Pará, portador do CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX e da cédula de identidade nº X.XXX.XXX SSP/XX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA** ajustam para as finalidades e sob as condições declaradas e reciprocamente aceitas o que segue:

CLÁUSULA I - DA ORIGEM DO CONTRATO:

1.1. Este Contrato Administrativo tem como origem o Processo Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007 – CPL/PMOP**.

CLÁUSULA II – DA LEGISLAÇÃO:

2.1. As cláusulas e condições deste Contrato moldam-se às disposições do artigo 54, parágrafos 1º e 2º e art. 55, incisos I a XIII da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas

alterações, Decretos Federais nº 5.450/05 e nº 7.892/13 e suas alterações posteriores a qual **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** estão sujeitas.

CLÁUSULA III - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO DA EMEF NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS COM 03 (TRÊS) SALAS DE AULA EM ALVENARIA E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM MURETA E CALÇADAS DE CIRCULAÇÃO E PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADIS METÁLICOS SOBRE MURETA E PORTÃO DE ACESSO PRINCIPAL**, conforme especificações, quantitativos e valores dispostos em Proposta de Preços anexa (**ANEXO I**) a este Contrato e consoante o procedimento licitatório **TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00007 – CPL/PMOP**.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações por parte da **CONTRATANTE** estão assegurados na seguinte funcional:

Órgão: 1501– FUNDEB

Dotação: 15 01 10 122 0019 1.018 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares do Ensino Fundamental.

Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

Subelemento: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações.

4.2 As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostila mento.

CLÁUSULA V - DO PREÇO

5.1. Pela aquisição dos produtos, objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXX XXXXX)**, conforme Proposta de Preço anexa a este Contrato – **ANEXO I**.

5.2. Todos os impostos, taxas e demais encargos decorrentes do presente Contrato, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.2. O pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal, bem como o atesto da prestação dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias junto à Secretaria Municipal de Finanças localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida 15 de Novembro, nº 1198, Bairro Liberdade, CEP: 68.470-000 – Oeiras do Pará, mediante:

- a) Nota fiscal/Fatura deve apresentar discriminação resumida dos serviços executados, período da medição, número da licitação, número do Termo de Contrato e/ou Convênio, observação das normas constantes na Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e alterações, sem rasuras e/ou entrelinhas.

- b) Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório GFIP/SEFIP, com recolhimentos na matrícula CEI da obra.
- c) Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório Analítico da GRF.
- d) A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, e demais alterações.

6.2. A **CONTRATANTE** reserva-se no direito de recusar o a realizar o pagamento, se no ato da verificação e atesto pelo fiscal, o mesmo observar que os serviços não estão de acordo com as especificações apresentadas, devendo ser relato o fato por escrito. O pagamento só será realizado após as devidas correções pela contratada.

6.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

6.4. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo no fornecimento pela **CONTRATADA**.

6.5. A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VII – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela **CONTRATANTE** quando da ocorrência das hipóteses previstas no Artigo 65, I, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

7.2. O contrato poderá ainda ser modificado através de acordo entre os contratantes quando ocorrerem as hipóteses previstas no artigo 65, II, da Lei 8.666/1993.

7.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATANTE:

8.1.1. Acompanhar e supervisionar a execução da obra, objeto deste Contrato, através do Fiscal do Contrato designado pela Administração, denunciando quaisquer irregularidades constatadas.

8.1.2. Efetuar o pagamento conforme o acordado e previsto na Cláusula VI deste instrumento.

8.2. A **CONTRATADA** compromete-se a:

8.2.1. Executar a obra, objeto do presente Contrato, em tempo hábil, e em conformidade com a demanda repassada pela **CONTRATANTE**.

8.2.2. Responder pela qualidade e garantia dos serviços executados, obedecendo rigorosamente às regras contidas no procedimento licitatório **TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-00006 – CPL/PMOP**.

8.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE**, na execução da obra, objeto deste Contrato.

8.2.4. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESPONSABILIDADE

9.1. A empresa contratada é responsável, com exclusividade, pela execução do objeto deste contrato, respondendo pelos danos que por si, seus prepostos, ou empregados causarem por dolo ou culpa à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. As penalidades a serem aplicadas em caso de descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, em seu Capítulo IV, assim considerando:

- a) Advertência;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por infração de qualquer cláusula ou condição contratual;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações no âmbito da Administração Pública Municipal, com impedimento de contratar com essa Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;
- d) Rescisão unilateral do contrato, pelos motivos descritos no artigo 78, do mesmo Diploma Legal.

CLÁUSULA XI - DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Dispensa de Licitação;
- c) Judicialmente, nos termos da Legislação processual.

CLÁUSULA XII- DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (Cento e Oitenta) dias, contados a partir da publicação do mesmo;

12.2. O prazo para execução da obra será de 100 (Cento e Cinquenta) Dias corridos, contados a partir da Ordem de Serviço;

12.3. Os prazos de início de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e com base nos motivos apontados no art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XIII - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A administração e fiscalização do presente Contrato caberá ao servidor XXXXXXXX, matrícula, cargo de XXXXXXXX, neste ato devidamente designado pela Administração Municipal como Fiscal de Contrato.

CLÁUSULA XIV - DO REAJUSTE

14.1 Só será admitido o reajuste de preços após decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso no cronograma físico da obra, e após a análise dos setores competentes sobre a admissibilidade.

14.2 O interessado deverá formalizar o pedido de reajuste juntamente com o pedido de pagamento da nota fiscal/fatura dos valores passíveis de reajuste, sob pena de preclusão lógica do direito.

14.3 O índice a ser aplicado deverá ser o INCC-M, da Fundação Getúlio Vargas.

14.4 Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$R = Pi \times Ii - I0$ onde:

R = valor do reajustamento;

Pi = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

Ii = índice nacional da Construção Civil-INCC- M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

I0 = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

CLÁUSULA XV: DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente Contrato será publicado em extrato, no Diário Oficial, mural da Sede Administrativa da Prefeitura, Portal da Transparência Municipal, Portal dos Jurisdicionados do TCM/PA e Mural, após sua assinatura.

CLÁUSULA XVI - DO FORO

16.1. Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou questões decorrentes deste Contrato Administrativo, fica declarado competente o Foro da Comarca de Oeiras do Pará, Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e Contratadas, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Oeiras do Pará, XX de XXXXX de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



1 _____
Nome:
CI-
2 _____
Nome:
CI-